

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.660 - RJ (2019/0337320-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **MARLÉCIO DA SILVA ABREU**
ADVOGADOS : **MARGARETE DA SILVA PRATA - RJ048992**
DULCE ANGELA FRANCKLIN AMERICO DO NASCIMENTO -
RJ134130
RECORRIDO : **MARIA IRENE TAVARES TELES DA CUNHA**
ADVOGADOS : **ARNON VELMOVITSKY - RJ045618**
ALEX VELMOVITSKY E OUTRO(S) - RJ196701
MATHEUS COSTA BRITO - RJ212046
INTERES. : **BARENBOIM S.A. - MASSA FALIDA**
ADVOGADO : **HÉLIO JOSÉ CAVALCANTI BARROS - ADMINISTRADOR JUDICIAL -**
RJ082524

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARLÉCIO DA SILVA ABREU, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 400) QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECRETAR O DESPEJO DO IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL, EXTINGUINDO O FEITO EM RELAÇÃO AO MESMO, E, COM RELAÇÃO AO FIADOR, RECONHECER A ILEGITIMIDADE PASSIVA. PROVIMENTO DO APELO DO SEGUNDO RÉU A FIM DE CONDENAR A AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA EM FAVOR DO PATRONO DO SEGUNDO DEMANDADO. De acordo o art. 85, § 14, do Novo Código de Processo Civil, legislação vigente à época da prolação da r. sentença, incabível a compensação dos honorários advocatícios em caso de sucumbência parcial.

Assim, sendo extinto o feito por ilegitimidade passiva em relação ao fiador do imóvel, afigura-se devida a condenação da Demandante ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do segundo Requerido, ora fixados em 10% sobre o valor da causa" (fls. 620/622 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 482/487 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 493/4983 e-STJ), a parte recorrente aponta negativa de vigência dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - sustenta que o tribunal não enfrentou todos os argumentos deduzidos nos autos, no que diz respeito ao termo inicial da atualização do valor da causa, base dos honorários honorários sucumbenciais.

(ii) art. 492 do Código de Processo Civil de 2015 - porque a determinação de incidência dos juros de mora a partir do trânsito em julgado estrapola os limites do pedido, e

(iii) art. 85, §§ 2º e 16, do Código de Processo Civil de 2015 - na hipótese, os honorários devem ser fixados sobre o valor da causa atualizado desde a data da distribuição do feito.

Oferecidas as contrarrazões (fls. 506/515 e-STJ), o recurso foi admitido na origem subindo os autos a esta Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece acolhida.

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente firme nas seguintes argumentações:

"(...) requer a V. Exas. que os presentes Embargos de Declaração sejam recebidos e acolhidos, para suprir a omissão apontada, fazendo constar no corpo do acórdão que os honorários sucumbenciais serão de 10% sobre o valor da causa, que deverá ser corrigido desde a data da distribuição da demanda, por ser medida de direito e de justiça.

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto a essa questão, tendo restringido a decisão ao termo inicial dos juros de mora e da correção monetária dos honorários e não de sua base de cálculo, o valor da causa.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.*

3. *Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração"* (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 474 e-STJ como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se .

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator